



Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

fundado em 19 de fevereiro de 1981

Circular n.º 037/2024

Brasília (DF), 30 de janeiro de 2024

Às seções sindicais, secretarias regionais e ao(à)s diretores(a)s do ANDES-SN

Assunto: Envia relatório da reunião do Setor das IFES realizada em 27/01/2024.

Companheiros(a)s,

Encaminhamos o relatório da reunião do setor das IFES realizada no dia 27 de janeiro de 2024, na Sede do ANDES-SN, em Brasília (DF).

Sem mais para o momento, renovamos nossas cordiais saudações universitárias e sindicais.

Prof.^a Annie Schmaltz Hsiou
3^a Secretária

REUNIÃO DO SETOR DAS IFES ANDES-SN

Data: 27/01/2024

Local: Sede Nacional do ANDES-SN

MANHÃ

Coordenação: Raquel Dias Araujo (UECE), Franciele Rabelatto (UNILA), Mario Mariano Ruiz Cardoso (UFVJM), Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA), Maria Lucia Lopes da Silva (UNB).

Presentes:

Eva Aparecida de Oliveira (ADCAJ), Cláudio Freire (ADUF DOURADOS), Irenisia Torres de Oliveira (ADUFC), Cláudio de Souza Rocha (ADUFERSA), Maria Cecília Sousa de Castro (ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Joana Ferreira do Amaral (ADUFOP), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Carlos Rogério Mauch (ADUFPEL), Valdelaine Da Rosa Mendes (ADUFPEL), Aurelino José Ferreira Filho (ADUFU), Eliene Novaes Rocha (ADUNB), Elisa Guaraná de Castro (ADUR RJ), Leonardo Silva Andrada (APESJF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Cristiane Checchia (SESUNILA), Luiz Alberto Ornellas Rezende (SINDICEFET MG), Ilma de Andrade Barleta (SINDUFAP), Raimundo Wanderlei Correia Padilha (SINDUNIFESSPA), Marcia Borges Umpierre (APROFURG), Yasmim Pereira Yonekura (ADUFPA), Josefa de Lisboa Santos (ADUFS), Andréa E.M. Stingenhen (APUFPR), Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI), Mayra Goulart (ADUFRJ).

TARDE

Coordenação: Raquel Dias Araujo (UECE), Franciele Rabelatto (UNILA), Mario Mariano Ruiz Cardoso (UFVJM), Luiz Eduardo Neves dos Santos (UFMA), Maria Lucia Lopes da Silva (UNB).

Presentes:

Eva Aparecida de Oliveira (ADCAJ), Cláudio Freire (ADUF DOURADOS), Irenisia Torres de Oliveira (ADUFC), Cláudio de Souza Rocha (ADUFERSA), Maria Cecília Sousa de Castro

(ADUFF), Mariuza Aparecida Camillo Guimarães (ADUFMS), Joana Ferreira do Amaral (ADUFOP), Edson Franco de Moraes (ADUFPB), Carlos Rogério Mauch (ADUFPEL), Valdelaine Da Rosa Mendes (ADUFPEL), Aurelino José Ferreira Filho (ADUFU), Eliene Novaes Rocha (ADUNB), Elisa Guaraná de Castro (ADUR RJ), Leonardo Silva Andrada (APESJF), Márcia Morschbacher (SEDUFMS), Cristiane Checchia (SESUNILA), Luiz Alberto Ornellas Rezende (SINDICEFET MG), Raimundo Wanderlei Correia Padilha (SINDUNIFESSPA), Marcia Borges Umpierre (APROFURG), Yasmim Pereira Yonekura (ADUFPA), Josefa de Lisboa Santos (ADUFS), Andréa E.M. Stinghen (APUFPR), Marli Clementino Gonçalves (ADUFPI), Mayra Goulart (ADUFRJ).

O Diretor Mario Mariano deu as boas-vindas aos participantes e cada diretor fez suas apresentações. A coordenação da mesa informa sobre a pauta, que logo em seguida é aprovada conforme a circular nº 021/2024:

- Informes nacionais
- Informes das Seções Sindicais
- Conjuntura e avaliação da proposta do governo e contraproposta
- Encaminhamentos
- Encerramento.

1. INFORMES NACIONAIS

1.1. CONGRESSO DO ANDES E CREDENCIAMENTO

Francieli (Diretora do ANDES-SN): agradeço o esforço de todos no comparecimento desta reunião, e oriento em relação ao credenciamento das seções no Congresso do ANDES-SN em Fortaleza. O prazo para contribuições ao caderno anexo de textos é dia 01 de fevereiro, o credenciamento até o dia 06 de fevereiro. Foi prorrogado até o dia 31 de janeiro o prazo também para o espaço de convivência infantil. Coloque-me à disposição para quaisquer esclarecimentos.

Raquel: A UESPI está em greve. Os professores têm sofrido com os desmandos do governo do Estado do Piauí. Dezenas de professores tiveram seus pontos e salários cortados, depois de 25 dias de greve. Na sexta dia 26/01 houve uma AG e deliberaram que dia 30 farão um ato “dia D”, com a pauta sobre as perdas de 68% nos últimos 10 anos e vão denunciar um PL que ataca a carreira dos professores, o qual pretende colocar 16h de sala de aula. No dia 1º de fevereiro, ocorrerá uma manifestação na Assembleia Legislativa, porque neste dia haverá a presença do governador. Outro caso é o da professora Jacyara da ADUFES, que está sofrendo um processo de exoneração por parte da reitoria, o ANDES tem acompanhado e dado apoio, pois já transitou em julgado e a universidade pode decidir sobre sua permanência, a AJN do ANDES está auxiliando e o sindicato

está dando todo apoio político. Na reunião com a reitoria, ela se comprometeu em respeitar o mandado sindical da Jacyara, mas até agora nada foi efetivado, neste sentido, estamos esperando uma vitória em prol da professora Jacyara.

1.2. CAMPANHA SALARIAL

Lucia: (*Informe geral sobre as mesas de negociação*). **Mesa setorial:** trata das reivindicações que não têm impacto no orçamento imediatamente. Saiu a portaria de instalação dia 26 de dezembro. O Sindicato do Distrito Federal, Proifes, Fasubra, ANDES e Sinasefe. Ainda não foi convocada a mesa. O conjunto de reivindicações já foi encaminhado. Cada entidade tem direito a 4 representantes (2 titulares e 2 suplentes). **Mesa de carreira** tivemos duas reuniões, na instalação em setembro. No dia 03 de outubro houve a segunda reunião. Foi convocada nova mesa para o dia 22 de fevereiro, na parte da manhã teremos reunião para debater carreira docente. ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe têm feito reuniões para construir um dia de mobilização neste dia para agilizar processo de negociação. Das mesas instaladas, 7 já fizeram acordo. Na mobilização estamos construindo uma pauta para além da carreira, entre eles, recomposição do orçamento, democracia e autonomia, concursos públicos, a revogação da Portaria 983, contra a PEC 32 mais qualquer contrarreforma que siga suas diretrizes, pelo fim da contribuição previdenciária de aposentados e pensionistas e pelos auxílios estudantis. Na próxima reunião trazer UNE e UBES. Dia 22 de fevereiro, Fasubra fará paralisação, Sinasefe vai trazer pessoas para o ato. Plenária 15, 16 e 17 de março (plenária unificada da educação). Indicação de greve da Fasubra a partir de 11 de março. **Mesa central:** Mesa que trata do revogação e da pauta econômica, em 18 de dezembro o governo apresentou uma proposta, mas só no dia 23 formalizou a proposta, não há reunião marcada, mas faremos uma avaliação. A proposta geral do governo foi em relação aos benefícios de auxílio alimentação, creche e saúde e sobre proposta salarial de 0% em 2024, 4,5% em 2025 e mais 4,5% em 2026. Dos 9 itens que cobramos, apenas 1 item foi plenamente atendido (sobre a contribuição sindical), mas em relação aos outros itens, não houve avanço. Em relação a PEC 32, o governo nos responsabiliza por acharem que protelamos, mas o governo disse que não tem força para retirar a PEC 32. O FONACATE apresentou uma proposta isolada, mas conseguimos através do FONASEFE avançar numa contraproposta. Não vamos aceitar reajuste 0%, nem perder de vista a questão das perdas históricas desde 2010, embora a negociação imediata da contraproposta se refira as perdas desde o governo Temer, mas fazendo acordo com o governo para que as perdas desde 2010 não sejam perdidas. Seriam um escalonamento de 7,5% (2024), 7,5% (2025), 7,5% (2026) de recomposição (Consenso entre FONASEFE, FONACATE e Centrais). Qualquer dúvida a gente tá aqui para explicar. Protocolar dia 31 para governo e dia 30 uma plenária híbrida.

Informes das Seções:

ADUF Dourados (Claudio): Nós não fizemos AG, mas a gente prevê uma próxima a partir da semana que vem, no fim de dezembro fizemos uma AG onde colocamos pontos que são colocados com mais competência que estamos levando para a base. Decidimos que é inaceitável ter recomposição 0% para 2024, mas não há disposição para a greve, porém a mobilização na campanha salarial de negociação foi deliberada, mas não se descarta greve.

ADUFC (Irenisía) - vamos formalizar a volta ao ANDES no Congresso. Nós deliberamos a convocação de um ato em 24 de janeiro em frente a receita federal, avaliamos que foi um ato muito bom em relação a mobilização. Houve em 25 de janeiro uma AG e obedecemos ao estatuto do ANDES em relação a eleição de delegados e também houve o debate em relação a campanha salarial.

ADUFERSA (Claudio): estamos num momento difícil, nos preparando para uma consulta para reverter a intervenção na instituição. Pedimos destituição do reitor. Em relação ao ofício do MEC sobre eleições na reitoria e na seção o entendimento é que a consulta deve ser paritária e informal. As entidades vão organizar a consulta. Fizemos AG na última quinta e pautamos a campanha salarial, percebeu-se que há um descontentamento com a proposta do governo.

ADUFF (Maria Cecilia): realizamos AG na quinta, temos a compreensão de não aceitar a proposta do governo. Consideramos absurda a contraproposta parcelada. Não dá pra ficar 1 ano sem reajuste e entendemos que não é possível admitir essa diferença entre ativos e aposentados, nossas ações precisam passar por processos de crescente mobilização. Temos que garantir pelo menos o que perdemos com a inflação.

ADUFEMS (Mariúza): Tivemos AG em 21/12, defesa da recomposição salarial, em cima do percentual das perdas com possibilidade de parcelamento, mas com ganhos reais e primeira parcela em 2024. Apontou-se a impossibilidade de greve por conta da desmobilização, houve um professor da medicina demitido. Tivemos a CGU fazendo denuncia em relação a bolsas de apoio, aprovamos ações de mobilizações pontuais.

ADUFOP

Informes enviados via formulário Google: Em assembleia geral realizada em 25 de janeiro de 2024, tendo como ponto de pauta:

- I. Proposta de Reajuste apresentada pelo governo foi retirado pela plenária os seguintes encaminhamentos:
 - a. Rejeição da proposta do governo de reajuste zero em 2024; que o reajuste dos benefícios seja negociado independente do reajuste salarial;
 - b. Aprovação da contraproposta de no mínimo reajuste de 22,71% (vinte e dois por cento) - proposta do estudo do DIEESE -, com obrigatório reajuste em 2024, com prazo de pagamento até 2026.
- II. E, considerando o cenário de entrada em recesso acadêmico e período de férias na UFOP, a mesa apresentou propostas de lutas a serem construídas nesse período e executadas quando do início do próximo semestre letivo, tais como: chamado aos e às sindicalizada(o)s para participação de atos em Brasília, caso sejamos convocados (aprovadas com uma abstenção); chamado de assembleia local na UFOP, para organização da luta, na segunda ou terceira semana de aula após o retorno das aulas no semestre 2024.1 (aprovado por unanimidade).

Informe complementar: (Joana): Estamos no processo de regularização do semestre. Houve AG na última quinta, houve 20 participantes, o dobro dos que vinham participando, os reajustes dos benefícios devem ser negociados separadamente da questão salarial. Localmente estamos tendo a luta contra a administração superior sobre a questão da carga horária e na delegação de funções.

ADUFPB (Edson): vamos realizar ainda AG para discussão da campanha salarial e também sobre a contraproposta para o governo, por isso não tenho como opinar agora.

ADUFPEL

Informes enviados via formulário Google: Devido ao recesso de final de ano e férias da UFPel, continuamos com o encaminhamento da nossa última assembleia em 29/11/23. Encaminhamentos: Continuar a luta e a mobilização de verdade, mostrando a força do movimento e o fortalecimento do ANDES-SN, enquanto representante legítimo da categoria. Atividades em BSB e nos locais apontando para greve da educação, a partir de março. Dialogar com a sociedade publicizando a nossa causa.

Informe complementar: (Carol) – Por causa das férias coletivas, não foi realizada assembleia. Na última assembleia, o grupo já sinalizou a necessidade de continuidade da mobilização, reconhecendo o ANDES-SN como representante legítimo da categoria. Entendem que precisamos chamar a sociedade para este debate, sensibilizando para nossa luta.

ADUFU

Informes enviados via formulário Google: Encaminhamentos da Assembleia Geral de 25/01/2024:

1. Campanha Salarial 2024:
 - 1.1. Rejeição unânime da proposta de reajuste apresentada pelo governo federal;
 - 1.2. Aceitação unânime da contraproposta apresentada através do estudo técnico do FONASEFE / DIEESE, com reajuste previsto para os próximos três anos de 22,71% (Bloco II), e que será levada para a reunião do Setor das IFES do dia 27 de janeiro;
 - 1.3. Incorporação à proposta pela reivindicação da equiparação de auxílios e benefícios da categoria comparados aos outros poderes do funcionalismo público federal.
2. Foi debatido na Assembleia Geral da ADUFU, ponto referente à "Pauta Local de Reivindicações", em que foram apresentados assuntos fundamentais à base da seção sindical: Calendário Acadêmico local, revisão dos processos de progressão e promoção docente, e que a partir de rodadas de atividades nos diferentes campi, será elaborada a pauta e apreciada numa próxima Assembleia, dentre outras reivindicações locais.
3. Outros informes de algumas ações locais em atividade pela ADUFU-SS: Comissão do Calendário Acadêmico; Comitê de Apoio à Causa Palestina - palestra com Breno Altman e lançamento do livro de sua autoria; Rodas de Conversa - campanha salarial, EBTT, calendário

acadêmico; Recomposição dos Grupos de Trabalho; Reuniões da Direção Colegiada; Participação em reuniões de Unidades Acadêmicas e Especiais de Ensino da UFU; Ingresso de ações coletivas por parte do Setor Jurídico com decisões favoráveis à categoria; Convênio com a plataforma de benefícios Gympass.

Informe complementar: (Lino) - Realizamos AG ontem e votaram de forma unânime recusando a proposta do governo e de forma unânime também foi aceita a proposta apresentada pelo FONASEFE e DIEESE. Equiparação dos benefícios com os outros setores do funcionalismo federal. Iniciaram a construção da pauta local. Dificuldades com o calendário acadêmico, estamos com uma comissão para acompanhar esta questão dos semestres. Estão trabalhando muito na questão da causa Palestina e retomando os grupos de trabalho e visita às unidades.

ADunB (Eliene): Fizemos AG para eleição de delegados dia 23/12, mas há coisas para que apontamos na campanha, não aceitamos a proposta do governo, mas ainda não fizemos AG para analisar a proposta do Fonasefe, a UNB está esvaziada por conta das férias, e teremos eleição em 2024 para reitoria, para a seção e para o DCE. Estamos com tratativas para construir o calendário. Faremos a consulta informal e paritária e a construção das chapas. A gente está na pauta intensa sobre progressão e promoção dentro da UNB e fizemos uma pesquisa com os docentes, mais de 200 estão com problemas com progressão. A CGU diz que a reitoria cobre uma proposta de 70 mil reais para a ADUNB ficar na sede.

ADUR-RJ (Elisa): Estamos acompanhando a mesa e não aceitamos reajuste 0%. Houve paralisação e teve bastante adesão, nossa avaliação é que devemos intensificar a mobilização, mas não estamos conseguindo mobilizar. 1 dia de paralisação avaliamos que é melhor que 2 dias. Seria importante manter paralisação de 1 dia. No dia 13 de dezembro, realizamos a última AG do ano e não aceitamos o reajuste 0%, e tem mais 3 pontos, 1. o reconhecimento da salubridade (ação coletiva) revogação da MR 15 e 16, 2. progressão que precisa ser resolvida nacionalmente, 3. o reposicionamento de concursados que não tem a carreira respeitada. Encaminhamos uma TR sobre reposicionamento no Congresso.

APES (Leonardo): Não realizamos AG e estamos no meio do recesso, conseguimos fazer algumas conversas. Já foi apresentado uma recusa do reajuste 0%, um incômodo sobre a cisão entre ativos e aposentados. Muitos aposentados são participantes nas AGs. Por fim, outra coisa que se debateu foram os fatores objetivos sobre uma greve abundam, mas não há mobilização suficiente ainda, por isso fazemos a construção de uma mobilização grevista.

SEDUFMS

Informes enviados via formulário Google:

Em assembleia geral realizada na manhã do dia 24 de janeiro de 2024, os/as docentes filiados/as à SEDUFMS debateram sobre a campanha salarial de 2024 e aprovaram:

- 1- Rejeitar a proposta de reposição salarial apresentada pelo governo federal em 21 de dezembro de 2023 (sem reposição em 2024 e 9% parcelado em 2025 e 2026);
- 2- Aceitar a proposta de reajuste dos auxílios apresentada pelo governo federal em 21 de dezembro de 2023;
- 3- Apresentar o índice de 14,14% de reposição salarial para 2024, contemplando servidores/as ativos e aposentados, como contraproposta no processo de negociação salarial;
- 4- Exigir que o governo federal abra negociação das perdas salariais histórias acumuladas desde julho de 2010;
- 5- Aprovar o indicativo de greve unificada dos/as servidores/as públicos federais, tendo como centralidade a pauta salarial;
- 6- Demandar ao ANDES-SN a definição de proposta de carreira para apresentar ao governo federal na mesa setorial de negociação.

Informe complementar: (Marcia): Fizemos uma crítica a metodologia da campanha salarial e uma dúvida sobre a contraproposta, é uma proposta do ANDES? Os encaminhamentos: não aceitamos o reajuste 0%, nem o parcelamento. Apresentar um índice de 14,14% para 2024 e se baseia em um estudo do Dieese. Aceitar o reajuste dos auxílios proposta pelo governo, mas que incluam os aposentados. Aprovamos um indicativo de greve a nível de todos os servidores federais.

SESUNILA (Cristiane): Fizemos AG ontem, sexta. em relação a proposta do governo houve uma recusa unânime, incluindo a separação entre ativos e aposentados. Não avaliamos a proposta do FONASEFE, do parcelamento. Avaliamos como muito ruim uma proposta do governo do Paraguai em transformar a UNILA em universidade binacional sem haver consulta com a comunidade acadêmica. As progressões é uma das questões que estamos lutando e desde 2018 temos uma ação coletiva e parece que vai haver a resolução de progressões atrasadas.

SINDICEFET-MG

Informes enviados via formulário Google: Aprovações da Assembleia do SINDICEFET-MG, de 26/01/2024:

- a) Não parcelamento do reajuste, com foco exclusivo no de 2024;
 - i) Equiparação dos auxílios e reajustes calculados a partir dos aumentos acumulados em alimentação, educação infantil e saúde (por faixa etária);
 - ii) Manter a mobilização para a greve, com foco:
 - (1) Questionamento da austeridade fiscal;
 - (2) Luta pela reposição das perdas;
 - (3) Superação do afastamento docente da luta coletiva e sindical;
 - (4) Luta contra o desmonte das instituições públicas e pelo fortalecimento do serviço público;
 - (5) Lembrar da migração dos docentes para o exterior ou setor privado;
 - (6) Mostrar diferença salarial em relação às chamadas carreiras típicas de estado;

- (7) Lutar pela mesa setorial, lembrando à Esther que ela está ministra, mas voltará para a sala de aula;
- (8) Apoiar expansão do ensino público federal, com os devidos aportes orçamentários, sem implicar qualquer tipo de achatamento do salário docente; nos últimos anos essa expansão tem ocorrido às custas da precarização das condições de trabalho e do arrocho salarial.

Informe complementar (Luiz): Ontem houve AG e deliberamos a rejeição da proposta do governo e consideramos válida a contraproposta, mas com algumas observações. Concordamos com os auxílios. Concordamos que pode haver indicativo de greve e avaliamos que lá em nossa seção há uma certa mobilização.

SINDUFAP (Ilma): 2 informes - não realizamos ainda AG em 2024, em 14 de dezembro realizamos uma roda de conversa sobre a questão salarial e uma análise da conjuntura. Discutimos, debatemos e colocamos a necessidade de mobilização da categoria e com uma proposta mais justa. No âmbito local, há questões autoritárias da reitoria que nomeou uma *pro tempore* na educação.

SINDUNIFESPA (Vanderlei): Estamos em consonância com AGs colocadas pelo ANDES-SN, somos novos, com pouco sindicalizados ainda, mas privilegiamos o setor das IFES. A proposta é inaceitável do governo, penaliza também os aposentados. Foi indicado que o ANDES-SN tem que radicalizar na campanha salarial, intensificar paralisações, e mirar a construção da greve. Tiramos 2 delegados para o congresso. A AG foi realizada no dia 24/01.

APROFURG (Márcia): Não fizemos AG e dia 05/02 vamos fazer uma AG para o congresso. Em dezembro deliberamos não aceitar proposta que excluem aposentados. outro ponto é sobre o PROIFES, que devemos nos colocar contra eles na participação em mesas de negociação com o governo.

ADUFPA (Iasmin): AG na quinta. Vamos fazer paralisação de 48h. Aposentados estão propondo um acampamento em Brasília. Focar em campanha de comunicação sobre os impactos nas nossas condições de trabalho. Concurso unificado como uma possível via de reforma administrativa. Trazer a realidade do interior para o ANDES, como o caso da Amazônia. Encaminhamentos: apoiar luta do SINTEP, unidade com outros trabalhadores da educação, organizar encontro dos docentes da UFPA, ações locais: cafés e encontros. Ocupação em Brasília junto aos parlamentares, vídeos veiculados pelo ANDES sobre perdas, paralisação nacional com outras categorias, pautar auxílio saúde no GTSSA.

ADUFES

Informes enviados via formulário Google: A Diretoria da Adufes lamenta não poder enviar representação à reunião do setor das IFES do dia 27/01/2024, devido ao fato de a circular nº

21/2024 ter sido divulgada no dia 18/01/2024 e as cotações de passagens aéreas estarem com valores exorbitantes, o que impossibilitou nossa participação.

Solicitamos ao ANDES-SN que as convocações para atividades e reuniões, que necessitam deslocamento, sejam encaminhadas com mais antecedência para que as tarifas aéreas tornem nossa participação viável financeiramente.

Deliberação da Assembleia da Adufes realizada em 24/01/2024, às 15h, presencialmente na sede da entidade. A discussão do ponto resgatou o histórico das ações empreendidas pelo ANDES-SN acerca da campanha e fez as devidas atualizações, com dados e estudos, de acordo com as informações e análises contidas nas circulares do Andes (nº 21/2024 e nº 27/2024).

Após apresentação das discussões, a plenária votou e aprovou à unanimidade, por:

- Não aceitar reajuste zero em 2024;
- Reafirmar a proposta de perdas históricas desde julho de 2010, que orientou a campanha salarial, defendendo que seja incluído no Termo de Acordo o compromisso do governo de negociação destas perdas;
- Manter a defesa dos dois blocos de órgãos (Bloco I e Bloco II) para fins da recomposição salarial;
- Considerar as perdas do governo Temer (1º de setembro), acrescidas da inflação de 2023 e das projeções inflacionárias de 2024 e 2025, para a negociação imediata com o governo;
- Apresentar contraposta ao governo de 3x 7,06%, conforme apontado pelo DIEESE, bloco II;
- Não aceitar nenhum tipo de divisionismo que exclua a(o)s aposentada(o)s.

Outros Informes:

Campanha Jacy Fica! Mobilização e apoio à docente Jacyara Paiva, professora, que é ex-vice-presidenta da Adufes e atual diretora do Andes-SN, está sendo ameaçada de exoneração e perseguida. <https://wp.adufes.org.br/jacyfica-confira-mais-informacoes-sobre-a-campanha/>

Informe complementar (Josefa): houve AG ontem e avaliamos a proposta do Fonasefe e a aprovamos. Fizemos a análise de conjuntura e apontamos a construção de uma greve, como indicativo para março. 50 pessoas aprovaram de forma unânime, o indicativo de greve e há mobilização pela eleição da reitoria, pois o atual reitor não esteve na lista tríplice. aprovamos a resolução de um novo calendário acadêmico.

APUFPR (Andreia): Não fizemos AG, conseguimos regularizar o calendário acadêmico. A universidade entrou em recesso em 24 de dezembro. O ANDES-SN chamou AGs de forma muito em cima, por isso não chamamos nossa categoria. Recusamo-nos em assinar uma cartilha feita pela Administração Superior sobre a questão de assédio e solicitamos que o ANDES-SN se debruce sobre isso.

ADUFPI (Marli): Nós estamos com calendário desorganizado. Fizemos a AG para discutir a contraproposta, houve mais adesão e a categoria ficou muito revoltada com a proposta do governo. A discussão feita é a de que não aceitamos a proposta do governo, mas avaliamos que a construção de uma greve não é tão fácil. Discutimos sobre a reforma administrativa e temos que continuar na negociação. E queremos reajuste em 2024.

ADUFRJ (Maíra): Vou falar sobre a contraproposta, indica que a proposta é valiosa e que obedece a realidade fiscal; na AG realizamos para ter a delegação do ANDES-SN. Denunciamos o que a direção do ANDES-SN vem fazendo, não podemos admitir que a direção nacional interfira na autonomia das seções na questão da forma que escolheu seus delegados e observadores.

ADCAJ (Eva): Nós acabamos de ter eleição da reitoria. Enfrentamos a reitoria de direita, o bolsonarismo e o ADUFG PROIFES, somos uma união das esquerdas e nós somos batalhadores e criativos. 3 decisões: vamos fortalecer ações com o Sinasefe, na AG optou por aceitar a contraproposta e deliberar uma discussão sobre indicativo de greve.

Lúcia: O ANDES-SN participa das discussões sobre carreira de Magistério Superior e EBTT na Mesa Específica e Temporária de Educação. Está agendada nova reunião dia 22 de fevereiro. Em relação à Portaria 983/2023 há uma mobilização da categoria de EBTT, base do ANDES, para realizar um dia nacional de lutas com paralização como forma de pressão para sua revogação; a data inicialmente prevista é 21 de março. No que se refere a contraproposta do governo à pauta de reivindicações, no momento encontra-se em construção uma proposta unificada pela bancada sindical (FONACATE, FONASEFE e Centrais Sindicais) baseada no estudo do DIEESE nº 344, já enviada às SSinds. Na reunião do FONASEFE de 26 de janeiro, o PROIFES fez uma acusação ao ANDES-SN e ao SINASEFE de prática antissindical; após o direito de resposta de ambas entidades, encaminhou-se o debate para a próxima reunião do FONASEFE que ocorrerá dia 02 de fevereiro.

Fran: respondendo a Maíra, o ANDES reforça que as AGs para escolha de delegados/observadores do Congresso devem cumprir o que manda o Estatuto do ANDES-SN e esclareceu a questão da APUB-BH.

Raquel: A direção nacional do ANDES-SN não enviou quaisquer documentos para a seção da ADUFRJ que não reconhecemos eleições nesta seção, mas para todas as seções no sentido de informar que as AGs devem ser presenciais obedecendo o Estatuto.

2. ASPUV

Informes enviados via formulário Google: Convocação de Assembleia Geral com os sindicalizados (20/12): a assembleia não se realizou por falta de quórum, porém os presentes, em torno de 40 sindicalizados, fizeram uma avaliação do aumento proposto pelo governo nos auxílios

alimentação e saúde. Não houve concordância com este aumento por não contemplar os aposentados e por não significar aumento salarial real à categoria. Sugerem a continuidade das pressões para que o governo se posicione sobre as pautas já protocoladas pelo Fonasefe, especialmente sobre a questão salarial. Houve uma objetiva decepção dos sindicalizados da ASPUV S. Sind. pela incapacidade do governo em aprofundar as pautas da categoria dos SPFs diante das contradições flagrantes de metas como o "déficit zero", "arcabouço fiscal", "taxas de juros das mais elevadas do mundo". Ou seja, continua tendo dinheiro para banqueiro e investidores, enquanto os ajustes fiscais e toda a responsabilidade sobre o equilíbrio das contas públicas estão recaindo sobre os serviços primários e os servidores públicos. O ano de 2024 deve ser de muita mobilização em relação as pautas já protocoladas e para o aprofundamento das discussões nos meses setoriais e específicas da educação junto ao Ministério da Educação.

- Edições do Rádio ASPUV que abordam a questão: "Balanço do ano e perspectivas para 2024" (18/12); "Movimento Docente (9/12), "Campanha Salarial dos Servidores" (28/8), "Novo Arcabouço Fiscal" (30/7).
- Participação nas reuniões dos colegiados dos departamentos, levando informes, entre outros, sobre a campanha salarial.
- Criação de página no site da ASPUV, que aglutina todas as notícias relacionadas à campanha salarial (cerca de 50 postadas).
- Criação de materiais informativos sobre a campanha salarial para as redes sociais e site.
- Divulgação de nota técnica do Dieese, documentos do Fonasefe e do ANDES-SN junto à base.
- Roda de conversa sobre a campanha salarial (1/9).
- Roda de conversa com os docentes dos campi Rio Paranaíba e Florestal (4 e 5/9)"

CONJUNTURA

Fran: Aspectos internacionais da conjuntura, no Brasil conseguimos numa nova conjuntura política que podemos lutar em outras condições, temos o povo argentino sofrendo com os ataques do presidente Javier Milei, que empurra a classe trabalhadora argentina para a mobilização e a luta. O avanço da expressão de um projeto fascista avança nos EUA não estamos apartados desta conjuntura internacional. Para além disto, é fundamental refletir sobre as disputas inter-imperialistas na Ucrânia (OTAN) e Rússia e destacar a questão do genocídio de Israel na Palestina e temos que ser firmes na denúncia em nosso congresso e na necessidade do governo de romper com as relações com Israel. As armas que matam na Palestina são as mesmas que matam no Brasil, isto porque há relações do Brasil com Israel, inclusive nas universidades, onde pesquisas são feitas em nossos laboratórios para desenvolvimento de tecnologia para a indústria armamentista. Reforçar na América Latina a dura realidade da Argentina e no plano geral internacional genocídio na Palestina. A única saída para todas essas contradições segue sendo a mobilização popular, a disputa de consciência de nossa classe e o reforço dos nossos instrumentos de luta.

Raquel: Os elementos internacionais são importantes e repercutem no Brasil. O ano de 2024 inicia com importantes lutas dos trabalhadores, a gente se organiza para que essas lutas se intensifiquem, como o caso dos docentes da UESPI, os atos do dia 24 de janeiro no Brasil em relação ao dia dos aposentados e da questão da previdência social. É necessário seguir lutando pela melhoria da carreira para além da questão econômica. Nossa responsabilidade é lutar para que a reforma administrativa não seja tramitada e aprovada. Esse avanço da extrema direita segue acontecendo contra minorias, como no caso dos indígenas, transsexuais, etc. Há perseguições contra professores de instituições de ensino superior. Teremos um ato sobre a visibilidade trans em Brasília neste domingo dia 28/01.

Iasmin: Segue em curso no Brasil o genocídio Yanomami, isto é algo grave e o ANDES-SN precisa se posicionar nesta questão.

Mariúza: Estamos vivenciando o genocídio indígena no MS, os Guarani-Kaiowá, com crianças morrendo por desnutrição, incêndios criminosos em moradias destes povos. Os fazendeiros estão assassinando os indígenas. A ministra Ester falou da reforma administrativa, e que pode haver reajuste aos servidores ainda neste ano, precisa esclarecer. O ANDES-SN deve participar e discutir da conferência sobre o Plano Nacional de Educação.

Irenísia: Na nossa AG (ADUFC) discutimos e deliberamos que uma contraproposta de reajuste razoável para nós seria no patamar entre 24% e 30%. Não aceitar 0% em hipótese alguma e sem prejuízos aos aposentados.

Elisa: Quero mencionar que devemos reforçar o embate com a extrema direita, como acontece na Argentina. Não podemos recuar neste enfrentamento. O balanço feito hoje pela manhã é que há

uma ampla unidade na questão sobre ser inaceitável a proposta do governo. Teremos um congresso em que a direção está colocando veto à delegação e superar as diferenças, respeitando a autonomia das ADs. Não valorizamos e avançamos suficientemente a questão da mesa de carreira.

Marcia: O quanto algumas seções estão fazendo desserviço ao sindicato, pois temos que obedecer ao estatuto do ANDES-SN. Precisamos estar atentos sobre o que sai na grande mídia sobre o que vem ocorrendo na negociação. É preciso discutir o que o Camilo Santana vem fazendo em relação a EAD. É preciso discutir mais que a questão salarial, sobretudo a precarização do trabalho docente. A construção da greve é importante e ela não inicia massificada, mas é importante pautar a questão da greve.

Carlos: Precisamos lutar pela nossa categoria, independente do governo, temos que fazer toda uma luta para que este governo não avance tanto para a direita. Há toda uma pauta neste governo que prioriza questões alheias aos nossos interesses e o debate sobre a carreira é bem importante. Nós não tivemos decisão da AG sobre a contraproposta do Fonasefe, mas não aceitamos reajuste 0%. A questão dos benefícios deve ser também para os aposentados. Precisamos avançar na questão da carreira.

Josefa: Quero crer que estamos ganhando na correlação de forças, o cenário para 2024 é melhor que o de 2023, a sociedade já entende isto. Penso que a greve precisa estar na nossa agenda, temos que mobilizar e mirar a greve como possibilidade, isto pressiona o governo, não é possível fazer o debate com a direita. É tarefa nossa fortalecer nossa luta pelo fundo público. Há uma queda nas filiações por conta das perdas salariais.

Eva: Sou do Fórum Nacional de Educação, eu senti falta do ANDES-SN no Fórum, o ANDES-SN não está presente nestas entidades.

Lúcia: Quero levantar 2 elementos da conjuntura internacional, o sistema só tem a oferecer fome, desigualdade e extrema direita quer manter isto, em todos os lugares que atua. Por trás da guerra imperialista, há a luta por territórios com riquezas. A disputa imperialista é intensa. Estamos percebendo o genocídio sionista, com repercussões no Brasil. É muito relevante fortalecer a luta dos trabalhadores que são atingidos fortemente pelo sistema e pela extrema direita. No âmbito nacional há rebatimentos do bolsonarismo. O governo lula caminha para a direita e isso repercute em nossa categoria, em virtude da disputa do fundo público, o montante do orçamento é usado para o pagamento dos juros da dívida.

Maira: A contraproposta do FONASEFE é boa a partir do escalonamento, uma estratégia que valoriza a disciplina fiscal é importante para manter a frente ampla contra a extrema direita. Se a gente garantir o pagamento do piso teremos um reajuste de 34% para os docentes das IFES.

Mário: A diretoria tem tido uma postura que valoriza o que vem da base e nos ajuda a fazer a caracterização de um governo que é de frente ampla e que tem uma política de traços neoliberais, que tem no ajuste fiscal uma dimensão central. A luta da classe trabalhadora precisa lutar contra tais políticas, mas é importante defender os serviços públicos. Acho correto que temos que construir unidade, o ANDES-SN não está construindo nada de forma isolada. Muitas entidades estão apontando para a construção de uma greve em 1 de março. A marcha da classe trabalhadora que vai ser discutida no congresso.

Leonardo: Temos um governo de frente ampla e reúne forças que se expressa no pagamento da dívida, em prejuízo da classe trabalhadora brasileira. A frente ampla demonstra que os serviços públicos tem que pagar sofrendo austeridade.

Vanderlei: A extrema direita não sai do horizonte em nossas análises e ela não pode ser um espantinho que nos imobilize. Só podemos enfrentar a extrema direita com luta e mobilização. Temos que perceber que o debate da conjuntura internacional e nacional se entrelaça. Austeridade é para os servidores. O debate interno é que temos que ter unidade, mas temos que paralisar e mobilizar, e mirar uma greve como possibilidade real.

Raquel: A capacidade de fazer a leitura da realidade não pode ser de “fé na categoria”, não somos igreja e temos que continuar a fazer a construção das mobilizações e paralisações. Há uma multiplicidade de servidores e cada entidade tem suas especificidades. Não se trata aqui de dizer quem tem o melhor instituto de pesquisa, mas temos que ter discernimento quanto o debate a partir da contraproposta ao governo.

Valdelane: Apareceu na nossa seção a questão da greve, precisamos olhar com mais atenção o esvaziamento de várias universidades. Nosso desafio para fazer a greve é maior que antes. Nós defendemos a agenda da greve.

Luiz Eduardo: Coloco a preocupação de como o governo Lula tem agido depois de um governo fascista de extrema-direita. Uma agenda ideológica muito forte, mas que não se materializa na prática, porque atende os setores da burguesia, oligárquicos. Não podemos fugir deste debate da greve. O governo não tem nada para o serviço público, não se mexe nos privilégios do mercado financeiro. Discutir o horizonte da greve, mas discutir as estratégias.

Luís: Um discurso governista no sindicato, a questão fiscal não pode ser o centro. O que mantém esse esvaziamento? A percepção de que o sindicato não é combativo é uma leitura das novas gerações. Quero reforçar a ideia de se manter a unidade.

Lúcia: A disputa pelo fundo público se coloca a partir do déficit zero e isto se rebate contra os servidores. O que está acontecendo no setor das federais? Nós queremos e vamos fazer esta disputa. Não teremos sucesso se não tivermos capacidade de pressão. Os benefícios devem ser

isonômicos, mas não é, temos que lutar. Não vamos abrir mão das nossas propostas de perdas de 2010 para cá, mas temos que ter uma resposta do governo para 2024 já. temos que deixar explícito que não concordamos com a IN 94, ela limita nossa greve. Não podemos aceitar a PEC 32 e deixar claro que tudo que vai ao seu encontro é prejudicial à categoria.

Mariuza: Lula disse que a vitória seria com o povo na rua. O bolsonarismo está vivo. A disputa é pelos nossos direitos. A narrativa dos caras está dada, as fakenews ainda estão fortes, como vamos enfrentar esse discurso da extrema direita? Os movimentos sociais e populares estão se organizando, como vamos fazer o enfrentamento ao congresso que temos hoje, a quem queremos derrotar neste processo, quem está decidindo as políticas. Na semana passada houve 8 vetos à projetos do governo. Parcelamento já foi decidido na base, mas não podemos abrir mão de parte dele para o ano de 2024.

Vanderlei: O bolsonarismo tá no governo. O ANDES-SN tem que ter clareza com o que vai construir, o andes não está construindo a greve. isto porque o sindicato é diverso, há parte da base que é governista, petista, o governo não colocou no orçamento reajuste para nós. Precisamos arrumar e dizer para onde nós vamos. Temos que parar dia 22/02. temos condições de construir uma grande greve, eu acredito nesta categoria.

Propostas de encaminhamentos

Após amplo debate, foram apreciadas e encaminhadas as seguintes questões:

PROPOSTA ECONÔMICA

1. Continuar lutando pela equiparação de benefícios ainda em 2024 e caso não for possível essa equiparação neste ano, aceitar o que foi proposto neste processo de negociação apontando o horizonte de quando esta equiparação possa se efetivar, sem dissociar da recomposição;
2. Recomposição salarial: Consensual (rejeitar a proposta do governo de reajuste zero para 2024), não abrir mão das perdas históricas (2010 pra cá);
3. Continuar fazendo unidade na bancada sindical;
4. Não aceitar nenhuma proposta que exclua os aposentados;
- 5. Propostas dos percentuais**
 - 5.1. Aceitar a proposta construída em unidade com Fonasefe, Fonacate e Centrais Sindicais. No entanto, dar continuidade à luta pela reestruturação da carreira;
6. Proposta de a gente rejeitar a PEC 32 e IN 94, Insalubridade, etc.;
7. Revogação das IN sobre as Progressões (Progressões múltiplas e retroatividade)
8. Reforçar a questão do fim da contribuição dos aposentados e pensionistas.

MOBILIZAÇÕES

9. Construir o dia 22 de fevereiro como Dia Nacional de Mobilização em Defesa da Carreira e da Educação Pública, fortalecendo atos conjuntos com as demais entidades da Educação, tendo como horizonte a construção da greve da educação;
10. Ampliar o trabalho de base para construção de mobilizações, paralisações e construção de da greve do serviço público
11. Dar continuidade à divulgação e envio de materiais sobre a campanha salarial e perdas dos aposentados.
12. Possibilidade de construção de um acampamento dos (as) aposentados (as), em Brasília, em conjunto com demais entidades.

Informe sobre a Mesa de Carreira – Acréscimo informativo acordado na reunião

Lúcia - Na mesa de carreira tem 3 propostas diferentes: PROIFES defende a carreira apenas de Magistério Superior, enquanto SINASEFE e ANDES defendem a unificação das carreiras de Magistério e EBTT na carreira de Professor Federal. Apesar disso, existem divergências centrais entre as propostas do ANDES e do SINASEFE. Entre as quais destacam-se: SINASEFE trabalha com progressão funcional com interstício de 1 ano para alcançar logo o topo da carreira; a proposta ANDES prevê 2 anos de interstício para a progressão e baseia-se em progressão considerando tempo de serviço e titulação. Já o SINASEFE defende a visão do reconhecimento de saberes e competências (RSC), ou seja, a depender das experiências acumuladas pelo docente este poderá receber a titulação de mestrado ou doutorado sem que tenha realizado os cursos correspondentes nos termos estabelecidos pela Academia. O SINASEFE tem deliberação congressual sobre o assunto, o que dificulta a negociação entre as duas entidades em torno desse ponto. Todavia, existem pontos de aproximação, a exemplo do piso inicial da carreira, correspondente a um salário mínimo do DIEESE para a jornada de 20h. O ANDES defende a dedicação exclusiva como jornada de trabalho principal, enquanto o SINASEFE a coloca no mesmo patamar de 40h. Para avançar no debate, está agendada uma reunião entre as entidades no dia 06/02, tendo em vista a preparação para a reunião do 22/02 com o Governo Federal. Vale ressaltar que a concepção do ANDES sobre carreira considera a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Além da isonomia salarial entre os que se encontram no mesmo nível da carreira e possuem a mesma titulação. O debate sobre carreira será retomado no 42º Congresso do ANDES.

Brasília, 30 de janeiro de 2024
Diretoria do ANDES-SN